

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-24-33>

Recebido em: 19/03/2024 | Aprovado em: 10/04/2024

Dossiê Temático “Maria Marta Furlanetto”

Editores de Seção: Fábio José Rauen e Andreia da Silva Daltoé

DA TEATRALIZAÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO À POLÍTICA DO PERFORMATIVO

From the Theatricalization of Political Discourse to the Politics of the Performative | De la teatralización del discurso político a la política de lo performativo

Andréia da Silva Daltoé*

Universidade do Sul de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Tubarão, SC, Brasil

Resumo: Movida pela oportunidade de homenagear a professora Maria Marta Furlanetto, volto à dissertação de Mestrado (Daltoé dos Anjos, 2003), orientada por ela, para dizer de sua importância no início do meu caminho pela Análise de Discurso de linha materialista. Revisitando meus escritos sobre o que chamei à época de “teatralização do discurso político”, quando analisei entrevistas com candidatos ao pleito eleitoral antes e depois das eleições de 2000, e recuperando meu trabalho de tese (Daltoé, 2011) sobre as metáforas de Lula, busco compreender o discurso político que organizou o governo de Jair Bolsonaro. Da teatralização do discurso político à contribuição de Pêcheux sobre a política do performativo, analiso como a relação entre política e teatro muda neste meu percurso, ao mesmo tempo em que continua profícua para pensar o funcionamento do político.

Palavras-chave: Discurso Político. Teatralização. Política do Performativo.

Abstract: Inspired by the opportunity to pay tribute to Professor Maria Marta Furlanetto, I return to my Master’s dissertation (Daltoé dos Anjos, 2003)—under her guidance—to discuss her importance at the beginning of my journey into Materialist Discourse Analysis. Revisiting my writings on what I then called “the theatricalization of political discourse,” when I analyzed interviews with candidates for the electoral process before and after the Brazilian 2000 elections and retrieving my Ph.D. dissertation (Daltoé, 2011) on Lula’s metaphors, I seek to understand Jair Bolsonaro’s government political discourse. From the theatricalization of political discourse to Pêcheux’s contribution to the politics of the performative, I analyze how the relationship between politics and theater changes in my trajectory while remaining fruitful for understanding the functioning of the political sphere.

Keywords: Political Discourse. Theatricalization. Politics of the Performative.

Resumen: Motivada por la oportunidad de rendir homenaje a la profesora Maria Marta Furlanetto, regreso a mi disertación de maestría (Daltoé dos Anjos, 2003), bajo su orientación, para hablar de su importancia al inicio de mi trayectoria en el Análisis del Discurso Materialista. Revisitando mis escritos sobre lo que entonces llamé “la teatralización del discurso político”, cuando analicé entrevistas con candidatos para el proceso electoral antes y después de las elecciones brasileñas de 2000, y recuperando mi trabajo de tesis (Daltoé, 2011) sobre las metáforas de Lula, busco comprender el discurso político que estructuró el

* Doutora em Letras pela UFRGS. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Líder do Grupo de Pesquisa Relações de Poder, Esquecimento e Memória (Grepem/Unisul). Líder do Coletivo Pró-Educação de Tubarão, SC. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8370-6441>. E-mail: andreiadaltoc@gmail.com.

governo de Jair Bolsonaro. Desde la teatralización del discurso político hasta la contribución de Pêcheux sobre la política de lo performativo, analizo cómo cambia la relación entre política y teatro en este recorrido, al mismo tiempo que sigue siendo fructífera para comprender el funcionamiento del ámbito político.

Palabras clave: Discurso Político. Teatralización. Políticas de lo Performativo.

QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

“O Estado teria se tornado um espetáculo;
a política, um show televisivo;
a imagem dos homens públicos, energia essencial da convicção;
e seu corpo, uma peça indispensável da arte de governar”.
(Courtine, [1994] 2011, p. 117)

O convite para este projeto, que presta homenagem merecida à Profa. Maria Marta Furlanetto e a toda sua contribuição teórica e acadêmica, alegra-me sobremaneira e muito me honra. Afinal, tive o privilégio de ser sua aluna no curso de Especialização em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa na Unisul em 1996, e, em seguida, ser sua aluna e orientanda no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL) na mesma Universidade. Anos depois, o que também me deixou muito feliz, seríamos colegas de vida acadêmica no mesmo Programa.

Bastante história, muito aprendizado. Seus escritos, suas conversas na hora do cafezinho, suas contribuições cirúrgicas nas bancas... sempre uma aula irretocável. É, portanto, em nome desta história, que tentarei fazer jus aos seus ensinamentos, sabendo que muitas de suas contribuições nem conseguem ser ditas em palavras.

Tentando, porém, uma forma de fazê-lo, volto à minha dissertação de Mestrado sob sua orientação, *A sujeição ao outro: o lugar-comum da representação do discurso político* (Daltoé dos Anjos, 2003). À época, buscava eu analisar falas de candidatos à eleição municipal de 2000 antes e depois do pleito, de modo a investigar as determinações históricas, sociais e ideológicas que atravessavam estes dois momentos. Atrevendo-me por algumas leituras na Psicanálise, julgava que um antes e um depois das eleições não teriam a ver apenas com a relação do sujeito com seu interlocutor, o eleitor, mas com alguma coisa que implicava relações de poder.

Num primeiro momento, o trabalho poderia parecer um cotejo, uma comparação entre o que um candidato prometia em campanha e o que de fato cumpriria depois. Talvez tenha escorregado por esta atração, em alguma medida, como todo sujeito pragmático que somos, tentando atribuir coerência ao que dizem as pessoas. Todavia, em Análise de Discurso de linha materialista (doravante AD), como a qual me filio, não nos perguntamos pela coerência do sujeito, por esta “fidelidade” ao que diz e pratica, ou qualquer outro julgamento moral sobre a verdade de um dizer, mas nos interessa pensar o funcionamento do discurso e o modo como esse discurso se articula às condições de produção que o determinam. Trata-se de um deslocamento importante, portanto, pois, no campo pragmático, empírico, os políticos, em muito, são “medidos” pelo que prometem e pelo que, de fato, cumprem – algo pelo qual não nos perguntamos: é como o discurso funciona e não aquilo que ele diz de uma realidade representada.

Importante, porém, situar que volto a um texto de 2003, quando minha pesquisa pelos caminhos da AD dava seus primeiros passos, tímidos e acovardados 20 anos atrás. De qualquer maneira, valorizo-os por fazerem parte de um caminho que começou lá e se constrói até hoje na temática do discurso político e na articulação entre AD e Psicanálise.

Dado, assim, o intervalo de tempo que separa minha dissertação deste ensaio, provoquei-me a investigar como passei da teatralização do jogo político anterior e posterior às eleições, a um percurso investigativo que Pêcheux (2011[1979], p. 89) apresentou como “política do performativo” para pensar o discurso político hoje.

A TEATRALIZAÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO

Na dissertação, minha pergunta de pesquisa estava dando os primeiros passos na AD. Ela deslizava de uma indagação um tanto empírica a uma hipótese, algo, hoje sei, complicado numa pesquisa de linha materialista. Questionava-me, à época, sobre a grande distância entre o que um candidato prometia durante a campanha política e aquilo que realmente aconteceria ao assumir o poder.

O risco com esta situação-problema era o de cair numa pesquisa comparativa e, portanto, linear, em termos de “evolução” de uma promessa política. Sem garantias de que tinha produzido esse efeito, penso que já lá, 20 anos atrás, motivavam-me as determinações que afetam um discurso, em especial, as que têm a ver com relações de poder, alertando:

[...] a análise do antes e do depois dar-se-á não de forma a procurar diferenças nos discursos e, então, mostrá-los contraditórios; servirá, sim, para evidenciar o caráter contextual-ideológico do sujeito submisso à sua linguagem, em constante mudança por dependência existencial à demanda do outro (Daltoé dos Anjos, 2003, p. 7).

Pretendia eu saber sobre o movimento do sujeito candidato político em torno da eleição como objeto de desejo:

[...] o poder e tudo o que isso pressupõe no caminho pré e pós-eleitoral, desde a conquista à manutenção, bem como a forma de o discurso político [...] mostrar ou dissimular tal percurso, um percurso realizado mediante um discurso que repousa predominantemente dentro dos limites do lugar-comum, numa estrita dependência ao outro (pessoa) e ao Outro (sociedade) (Daltoé dos Anjos, 2003, p. 5).

Motivada por essas questões, trabalhei sobre um *corpus* de cinco entrevistas que me foram concedidas por candidatos às eleições em dois municípios do Sul do Estado de Santa Catarina. Na análise destas materialidades, além da fundamentação teórica em AD, arrisquei-me com alguma contribuição da Psicanálise, por mais incipientes que fossem minhas leituras. Neste campo teórico, investiguei a relação do sujeito com a linguagem por meio da noção de pulsão, que, segundo Wine (1992, p. 12), fala de um movimento instintivo numa direção pré-determinada. Segundo o autor, Freud havia criado o conceito em 1914 para dar conta de explicar a repetição na fala de seus pacientes. Algo se impunha

nos dizeres, como se a pulsão fosse uma pressão interna, mas não como instintos de sobrevivência, como fome ou sede, que são satisfeitos em algum momento. Tratava-se da busca por um objeto cuja importância não estava no encontro, mas no percurso. Como trouxe à época, “Se a pulsão cede em algum momento, não é porque encontrou um objeto adequado, é porque algo se articulou no discurso e fez com que esta ansiedade se acalmasse” (Daltoé dos Anjos, 2003, p. 29).

Essas considerações ajudaram-me a pensar o modo como o desejo por um cargo político, embrenhado inevitavelmente como um lugar social de poder, se marca como este objeto do desejo, cujo alcance não apazigua o sujeito: se antes precisa alcançá-lo, depois precisa lutar por mantê-lo.

Como dissemos, por mais que muito se saiba sobre a engrenagem do sistema político, o povo renova sua esperança mesmo que interesses individuais de seu candidato acabem prevalecendo sobre o bem público. Por sua vez, o político se vê constantemente ameaçado pela traição dos oponentes, numa espécie de organização mental marcada pelo forte sentimento narcisista – preponderante na constituição do poder. “Se antes da conquista do poder era possível separar os aliados dos inimigos, depois, tal distinção fica movediça, todos agora passam a ameaçá-lo na manutenção da conquista” (Daltoé dos Anjos, 2003, p. 104).

As falas dos entrevistados pareciam dizer de ideais políticos, sociais, mas pareciam também denunciar algo do sujeito que pulsava insistentemente. No caso desses candidatos, observamos o discurso pautado em torno de um ideal do que seria a figura do político, não necessariamente preso à imagem que tem de si (o que também é sempre apenas uma imagem e não o real), mas preso à imagem que o outro eleitor faz do candidato. Daí falar, à época, do lugar-comum dessas idealizações que, pela repetição, produzem o efeito de um grande teatro: *a teatralização do discurso político*. Uma designação que, entendi, não significaria uma encenação previamente calculada e estrategicamente elaborada, mas uma representação das regras de um jogo em que o povo se julga com poderes de se fazer representar por um político que irá defendê-lo e que este mesmo acredita no papel a ser desempenhado. O que eles vivem, porém, não é uma peça de teatro, mas o próprio jogo ideológico e inconsciente que determina os papéis sociais de cada um na cena discursiva da política.

Passados 20 anos, essa volta que fiz a meu texto trouxe-me à lembrança autores importantes que também tocam a questão do jogo político como um teatro e com os quais só tive contato depois. O desafio a seguir, então, é pensar que relações, aproximações e/ou afastamentos seriam possíveis e analisar se a metáfora do teatro continua nos ajudando a compreender o sujeito político, candidato ou eleito, e a própria política, enquanto jogo de poder.

O PERFORMÁTICO NO DISCURSO POLÍTICO

Desde a dissertação me ocupo do discurso político, talvez pela influência que nos deixa Pêcheux, elegendo este tema como objeto de pesquisa já na França do final da década de 1960. É um campo que me captura até hoje. Courtine (2006) vai explicar este

interesse inicial da AD por conta da opacidade dos discursos políticos, como simulação, mentira e sedução, na ilusão de construir, à época equivocadamente segundo o autor, “uma maquinaria de ver [...], assegurando o retorno à clareza do discurso, reaparição de sua verdade, revelação de seu real” (p. 20).

Pêcheux e seu grupo reviram tais questões, retificaram outras e compreenderam que o trabalho de leitura do discurso político e mesmo de qualquer outro não está em descobrir os verdadeiros sentidos, “em descobrir o que se esconde sem cessar no que se diz” (2009, p. 23). Está, antes, em pesar seu funcionamento a partir das determinações que o atravessam e constituem, da práxis em que o discurso se realiza e dos efeitos que produz a partir de sua materialização na língua.

Na minha tese de doutorado, recentemente publicada em livro (Daltoé, 2021), continuo no campo do discurso político, agora analisando o funcionamento das metáforas de Lula durante seus dois primeiros mandatos na Presidência do País. E lá recupero esta vontade que afetou Pêcheux e não deixa de produzir seus efeitos até hoje: uma “expectativa tão forte que nos toma a todos em desvendar o que estaria por trás do discurso político, que artimanhas ele engendra, como nos captura” (Daltoé, 2021, p. 28). No caso das metáforas de Lula, foi justamente estas questões iniciais de ordem empírica que me levou a investigar por que se desmereceu tanto este político por falar assim e o desejo de tantos em des-cobrir o que estaria ele escondendo por meio de uma linguagem figurada, não objetiva como regraria sua posição social.

Se tais questões me levaram inicialmente à análise deste discurso, elas depois entram num tratamento discursivo e enveredam para o modo como as determinações ideológicas (por meio da formação discursiva a que tal discurso está filiado), históricas, sociais, de classe, etc. afetam o discurso e o constituem, marcando um funcionamento de língua que está longe de dizer sobre uma preocupação do como deve falar ou não um presidente, ou mesmo do que se poderia descobrir descortinando o sentido atrás do que se diz.

A tese, defendida no Programa de Letras da UFRGS sob a orientação da querida professora Freda Indursky, é de 2011. Portanto, aqui também posso dizer dos efeitos desta lacuna de tempo no modo como o discurso político foi se reconfigurando em meu trabalho.

A entrada de Lula na Presidência, como mostrei na tese, vai produzir forte mexida nas fileiras de sentido da cena política brasileira. Contudo, o que agora penso em discutir neste ensaio é o modo como o discurso político é tomado pela extrema-direita no Brasil, por meio de uma forma bastante específica de língua: uma “*língua fascista*, a qual é atravessada por um efeito de *memória da ditadura*”, como traz Indursky (2019, p. 30, grifo da autora). Uma língua que se encontrava apenas adormecida, culturalmente interdita, vindo à tona por meio desta legitimação do discurso de ódio. Enfim, como trata Bignotto (2022), uma linguagem da destruição, que materializa um discurso de exclusão e práticas que abraçam as políticas liberais tradicionais e o neoliberalismo como um todo, na busca por um regime autoritário e extremamente excludente.

Para pensar estas questões no hoje, recorro ao que Pêcheux (2011[1979]), analisando o nazismo e o regime soviético em suas contradições, *lapsus* e denegações, chamou de *política do performativo*. Trata-se de uma “política imaginária, nesta ordem

do parecer em que os gestos e as declarações substituem as práticas” (p. 91). Um funcionamento que, segundo o autor, vai contar com a propaganda e seu papel fundamental como arma política, por meio da língua de vento (metáfora emprestada de Debray), que produzirá enunciados ambíguos e flutuantes, “remetendo ao mesmo tempo à ‘cada um’ e ‘à ninguém’” (p. 89).

Parece, portanto, que podemos dizer desse funcionamento performativo no governo de Bolsonaro, quando vivemos em meio a cortinas de fumaça, alimentadas por gestos e palavras polêmicas, que passavam ao longe da responsabilidade e compromisso em relação aos verdadeiros problemas do País.

A questão da segurança pública, representada pelo gesto da “arminha com a mão”, resumiu-se a toda uma política em prol do armamento da população, desresponsabilizando o poder público na pauta. As causas indígena, racial, LGBTQIAPN+, de gênero e todas aquelas que dizem respeito às minorias foram ignoradas e destruídas em termos de políticas públicas, duramente conquistadas. No lugar, falas homofóbicas, xenófobas, misóginas, aporofóbicas..., mostrando o verdadeiro desprezo pela maioria da população brasileira. E, se o fascismo tira vantagem até das tragédias, a grave crise causada pela pandemia da Covid-19 parece ter servido a este governo como um verdadeiro experimento, enquanto o mundo cobrava providências do poder do Estado e dependia disso a própria vida. No lugar da rapidez nas tomadas de decisão, vídeos gravados pelo presidente e seus filhos nos jardins do Palácio da Alvorada prometiam a cura com a cloroquina, remédio condenado para este fim pela própria Organização Mundial da Saúde (OMS). Birman (2020), tratando deste desprezo do ex-presidente, que opta pelo imperativo da economia e não da vida, assim resume: “Diante dos milhares de mortos provocados pela pandemia, sua frieza e ironia se conjugam intimamente com a produção de enunciados performativos impróprios a qualquer um diante da morte do outro” (2020, p. 53).

Enquanto sofríamos as deletérias consequências de toda esta irresponsabilidade governamental, muitos continuavam vibrando no cercadinho e se entupindo de medicamentos sem eficácia para a Covid, cujas consequências só apareceriam adiante. Recuperando o que tratamos como teatralização no mestrado, a encenação continuava: a caneta Bic, o presidente tomando café no copo de requeijão e comendo pão d’água com leite condensado, ou ainda se lambuzando com a farofa e frango na feira.

Aqui encontramos Courtine e seu texto *As metamorfoses do Homo politicus* ([1994] 2011, p. 117, grifo do autor), quando trata do espetáculo político contemporâneo: “governar é aparecer”. Para o autor, desde a segunda metade do século passado, a política já era um campo de sedução aprimorado pelas novas mídias, produzindo uma verdadeira “reciclagem dos corpos dos homens públicos: pedagogia do gesto, trabalho da voz, técnicas do sorriso, embuste generalizado das aparências” (2011, p. 118).

Destacando o papel da mídia na política atual, Courtine não deixa de ressaltar que este *Estado-espetáculo* não é recente, pois a “arte de governar sempre soube tirar proveito da aparência e utilizar o corpo com fins políticos [...]. Governar foi e permanece sendo saber mostrar-se” (2011, p. 119). Esta relação entre corpo e poder de que trata o autor nos leva de volta ao escrito da dissertação, quando me encorajei a ver, no movimento da pulsão, este empuxo a fazer de tudo em busca do objeto do desejo: vencer uma eleição.

Em outro texto, Courtine e Haroche (1988, p. 39), discutindo também o discurso político, interrogam “o ‘real’ sob a aparência”, dizendo: “[...] se a política se assemelha ao teatro, é na medida em que o desdobramento aí reina sem divisão; é porque a política e o teatro tiram da própria estrutura do olhar sua emergência, sua condição de possibilidade, o princípio daquilo que os coloca em cena”.

Pensando o que discutia sobre a teatralização do discurso político em 2003 e a configuração que toma este discurso na atualidade, talvez só agora possa dizer que não se trata de desmascarar o político que se esconde numa persona, personagem. Trata-se, parece-me, de um funcionamento que precisa ser significado a partir destes recursos que o próprio político lança mão porque não tem nada a mais para oferecer. Seria nosso desafio fazer vê-lo neste jogo grotesco do poder, contra todo efeito que o significa como alguém que se suja comendo farofa porque justamente não representa nenhum papel, é o que é, um homem simples, do povo; ou alguém que, mesmo imitando as pessoas com falta de ar por conta da Covid, profere impropérios por seu “jeitão” original de ser, mas que não faria mal a ninguém. É compreender, parece-me agora, que a própria vida é um grande teatro e não há um *por trás das cortinas*.

Nesse jogo, o ex-presidente não aparece como alguém à parte de tudo que demanda o cargo, mas como alguém que serviu perfeitamente aos rumos de uma política neoliberal, que, enquanto nos expropria de bens naturais, de nossos direitos, de nossa possibilidade de lutar pela própria vida, encanta os seus com o teatro da política performática. “A banalidade dos homens, a trivialidade dos propósitos, a futilidade dos sorrisos, a duração transitória das celebridades e a natureza efêmera dos destinos políticos nos regimes democráticos” (Courtine, 2011, p. 127). Em Pêcheux (2011, p. 92), temos aí o registro da ficção, que “parece hoje deixar, na política, cada vez mais lugar ao parecer (isto é a um simulacro do real): o especular está esvaziando o imaginário...”.

Foi neste jogo do performático que o presidente anterior, conforme Starling (2022), falava uma língua que independia de checagem, dispensava averiguação dos fatos e não se sujeitava a respostas; uma língua que deu corpo, conforme ela, “à utilização em larga escala de mecanismos de controle e coerção sobre a sociedade. Precisa destruir a liberdade política, fazer uso da repressão contra o pluralismo de opiniões, suprimir os conflitos, arbitrar a vida social por meio da violência” (p. 73).

Além deste encontro com Pêcheux, Courtine e Haroche, que nosso tema do mestrado possibilitou hoje, aquilo que começou ingenuamente também encontra agora dois textos fundamentais de Indursky: *O mal-estar na política e na cultura brasileiras, hoje* (2019), quando a autora discute o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, comparando as declarações de voto a uma farsa, a uma peça de teatro do absurdo; e *O teatro do grotesco como cenário da desconstrução do Brasil* (2020), quando a mesma autora discute novamente a fala pública de Bolsonaro, materializada em uma “língua política fascista, inscrita em um regime de repetibilidade, que faz ressoar saberes do fascismo [...]. Sua língua é uma metáfora de seu governo” (2020, p. 365), complementa.

Dos 4 anos que separam a elaboração de um texto e outro, Indursky (2020, p. 367) explica que:

Hoje, não vivemos mais uma farsa, pois esse gênero provoca o riso, mesmo que amargo. E o desgoverno que aí está não se parece com o Teatro do Absurdo. Já ultrapassamos de longe as características desse gênero teatral. Hoje, o Brasil se assemelha a uma nave desgovernada que remete ao Teatro do Grotesco, o qual, em lugar do riso, provoca ranger de dentes.

Para a autora, este *Teatro do Grotesco* funciona como “cortina de fumaça para opacificar os atos de desconstrução do País”, pondo “em cena o caos do indivíduo e do corpo social, desenhando uma caricatura da própria existência humana e de seus dirigentes. O exagero e as excentricidades postos em cena representam uma realidade disforme, até mesmo monstruosa, da sociedade representada” (2020, p. 367).

Analisando este teatro em atos que vão destruindo o País na educação, na cultura, na ciência e na economia, Indursky nos ajuda a pensar nosso próprio percurso desde a teatralização do discurso político ao que hoje consideramos, a partir de Pêcheux, uma política performática. Não estamos falando, portanto, de um personagem que age truculentamente porque desejaria parecer autêntico, ou porque, no fundo, não faz o que diz. “Sua incapacidade de solidarizar-se com a dor do outro”, como nos traz a autora (2020, p. 283), nos soa tão absurdo, que parece mesmo uma encenação, um teatro do grotesco.

Compreendemos que estamos diante de alguém que se filia a uma formação ideológica fascista e ali encarna seu papel porque com estes saberes se reconhece. Não por estratégia política, deliberadamente pensada, mas por identificação à formação discursiva que aí corresponde. Diante de tamanhos absurdos, nunca escondidos outrora (“minha especialidade é matar”; “o mal da Ditadura foi não ter matado 30 mil”; “não a estupraria porque você é feia”; “mulher teria que ganhar menos que homem porque engravida” etc.), queremos colocar o ex-presidente na cena política brasileira como parte da própria engrenagem de uma formação neoliberal como a nossa e sua disposição por fazer o serviço sujo. Voltando ao performático de Pêcheux, seria o *dizer* para não ter o que *fazer*, enquanto esta aparente inércia faz justamente fazer andar as políticas neoliberais em todas as suas atrocidades. Ele foi colocado ali para isso...

Segundo Indursky (2020, p. 286-287), trata-se de uma dupla face do teatro do grotesco, onde seus:

[...] membros entram em polêmicas, produzindo, desse modo, uma cortina densa que encobre suas ações. Essa é a face que todos veem, exposta pelos jornais, pelas TVs, pelas redes sociais [...] a outra face, nas coxias, trabalha, quase silenciosamente, produzindo a meticulosa desconstrução do patrimônio científico, ambiental, educacional e cultural. Essa é a face oculta da liquidação cuidadosa em curso do próprio Brasil.

A reflexão nos leva, então, ao discurso de ódio em Butler (2021), como um dizer que é um tipo de fazer ou de conduta, compreendendo pela autora em seu aspecto performativo, quando recupera, para isso, os estudos de Austin. Necessário um deslocamento, portanto, pois, em Pêcheux, a política do performático acontece justamente quando o dizer não é um fazer, mas substitui o fazer. Este fazer em Butler tem a ver com a produção da violência no próprio ato de dizer – o que não deixa de apontar para a *linguagem da destruição* do ex-presidente, como Bignotto (2022) assim a nomeia.

Se podemos aproximar o performativo da política em Pêcheux e Butler, analisando o governo anterior, não haveria um fazer no sentido de cumprimento das próprias obrigações do cargo. Se há um fazer, a partir de Pêcheux, é relativo à violência que este dizer produz, no lugar de enfrentar as ações que pudessem, de fato, melhorar vida da população. Enquanto este *não fazer* ou *fazer errado*, as políticas neoliberais vão sendo implementadas, beneficiando sempre a mesma parcela da população. E, aos que acham que estão aí contemplados e se emocionam com a farofa que o presidente cospe ao falar, importante pensar com Indursky (2020, p. 371) que,

[...] quando o (des)presidente diz estar “O Brasil acima de tudo”, fala de um Brasil imaginário e altamente excludente, no qual cabem apenas os que o apoiam e os que comungam de seu posicionamento ideológico. Nesse Brasil, o povo não está incluído, nem os que se lhe opõem. E, certamente, cientistas, pesquisadores, professores e a classe artística tampouco fazem parte desse Brasil. [...]. O povo está excluído desse Brasil, pois ele só causa prejuízo aos empresários, gerando gastos com salários, direitos sociais, direitos trabalhistas, férias, repouso remunerado, aposentadoria, saúde e educação públicas.

Isso tudo não é dado a ver ao sujeito; ele não se vê em todas estas expropriações e continua participando do enredo que lhe relega papel nenhum, mas que julga aí encontrar um lugar de dizer: a revolta contra as formas democráticas e institucionais de poder. Todavia, não se trata de alertar as pessoas e, então, elas veriam o modo como não importam às formas de poder. Não é uma cortina que deve cair e deixar ver o que realmente acontece atrás do palco. É um teatro, mas é também um jogo, uma engrenagem que nos subjuga enquanto nos interpela, configura e subjetiviza por identificação. Por isso continuam prementes as palavras de Pêcheux (2011, p. 92): diante da arte de o Estado anestesiar as resistências e absorver as revoltas no consenso, ouvir o assujeitamento é o que faz falta politicamente. Eis o que tomo como um grande desafio na forma de uma pergunta final: como levar em conta este alerta e dizer algo, com nossas pesquisas sobre o discurso político, que faça alguma diferença no modo como somos tão facilmente convidados/encantados para ocupar um lugar na plateia, assistir a tudo passivamente e, por fim, ainda aplaudir o espetáculo?

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim destes escritos, escolho não voltar à reflexão que fiz sobre o discurso político neste artigo. Quero apenas comemorar a importância de uma professora – no meu caso também orientadora de mestrado – como Maria Marta. A ela dedico as palavras finais para agradecer por sua condução em meus caminhos iniciais na AD de maneira tão encorajadora, com pontuações cirúrgicas sobre meu texto, ao mesmo tempo em que me permitia experimentar minhas próprias e ingênuas reflexões teórico-analíticas.

Fiz o mestrado com um filho pequeno e sempre trabalhando em média 44 horas semanais. É necessário trazer esta contingência e o quanto podemos menos de dedicação às leituras e à escrita dos trabalhos quando convocamos as questões de gênero. Mesmo assim, ainda que incipientes minhas investidas, fazendo o que era possível fazer, tive uma professora que me permitiu caminhar com as próprias pernas e descobrir o que eu, dentro

das minhas possibilidades, conseguia descobrir naquela época... Isso foi determinante na minha vida pessoal e acadêmica.

Em alguns momentos, achava-me livre demais para dar conta de uma dissertação, que precisaria de puxões de orelha para saber o que exatamente deveria fazer. Hoje, compreendo tão claramente que Maria Marta sempre soube da arte de ensinar: cada um com/no seu percurso, no seu tempo, nas descobertas que vai conquistando, linha a linha, sem atropelos ou adiantos que impessam de ver dificuldades e heurísticas da caminhada.

No privilégio que foi escrever este texto em sua homenagem, tive a grata oportunidade de promover um encontro entre o que escrevi sobre o discurso político em 2003 (início de minha vida acadêmica), revisitar o que disse depois na tese em 2011 e, agora, refletir sobre como tudo isso me ajuda a compreender, no momento presente, os rumos que a política nacional tomou no governo anterior. Isso não se dá em saltos no tempo, mas em um processo que vai amadurecendo, uma linha depois da outra. Foi lá no mestrado que tudo começou...

Se meus escritos de 2003 falam hoje de insuficiências teórico-analíticas, parece que agora tenho condições de ver isso e de retificar no que for necessário e no que conseguir. Contudo, compreendendo que não se trata de ser tomada por alguma vergonha do que disse de prematuro ou de algo que precisaria ser corrigido. Essa experiência faz parte de tudo que eu posso construir no agora. Maria Marta fundou minhas primeiras palavras. Ela pôs suas mãos ao lado das minhas. Ela me ensinou a andar de bicicleta com rodinhas para então abandoná-las, fazendo-me acreditar que eu poderia seguir minha própria história.

A esta querida orientadora e amiga, a quem tenho tanta admiração, meu sempre obrigada naquilo que as palavras alcançam e no tudo que elas não dariam conta de dizer!

REFERÊNCIAS

- BIRMAN, J. *O trauma na pandemia do coronavírus: suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2020.
- BUTLER, J. *Discurso de ódio: uma política do performativo*. São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- COURTINE, J-J.; HAROCHE, C. O homem perscrutado: semiologia e antropologia política da expressão e da fisionomia do século XVII ao século XIX. In: ORLANDI *et al.* Sujeito e texto. São Paulo: EDUC, 1988. (Série Cadernos PUC-31)
- COURTINE, J-J. *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*. Trad. de Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.
- COURTINE, J-J. As metamorfoses do *Homo politicus*. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (org.) *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011.
- DALTOÉ DOS ANJOS, A. da S. *A sujeição ao outro: o lugar-comum da representação do discurso político*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – PPGCL. Unisul, p. 114, 2003.
- DALTOÉ, A da S. *As metáforas de Lula: a deriva dos sentidos na língua política*. Campinas: Pontes Editores, 2022.
- DALTOÉ, A da S. *As metáforas de Lula: a deriva dos sentidos na língua política*. 2011. 200f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- BIGNOTTO, N. Bolsonaro e o bolsonarismo entre o populismo e o fascismo. In: STARLING, H.; LAGO, M.; BIGNOTTO, N. *Linguagem da destruição: a democracia brasileira em crise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

- INDURSKY, F. O mal-estar na política e na cultura brasileiras, hoje. In: MITTMANN, S.; CAMPOS, L. J. (org.) *Análise do discurso: da inquietude ao incômodo lugar*. Campinas: Pontes Editores, 2019.
- INDURSKY, F. O teatro do grotesco como cenário da desconstrução do Brasil. *Revista da Abralin*, v. 19, nº 3, p. 365-388, 2020.
- PÊCHEUX, M. O estranho espelho da Análise do Discurso. In: COURTINE, J-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: UFSCAR, 2009.
- PÊCHEUX, M. Foi “propaganda” mesmo que você disse? In: PÊCHEUX, M. *Análise de discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes Editores, 2011.
- STARLING, H. M. Brasil, país do passado. In: STARLING, H.; LAGO, Miguel; BIGNOTTO, Newton. *Linguagem da destruição: a democracia brasileira em crise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- WINE, N. *Pulsão e inconsciente: a submissão e o advento do sujeito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.